



CÂMARA MUNICIPAL DE NATÉRCIA



PARECER JURÍDICO Projeto de Lei nº 22/2025

Relatório:

O Exmo. Sr. Presidente da Comissão de Justiça e Redação da Câmara Municipal de Natércia, MG, formula a este órgão de Assessoria Jurídica a seguinte Consulta:

“O Projeto de Lei nº 22/2025 está em conformidade com as normas legais e constitucionais vigentes?”

À presente consulta, respondo nos termos que-seguem.

Parecer:

Cuida-se de projeto de lei de iniciativa do Chefe do Executivo Municipal que dispõe sobre a autorização para firmar parcerias com Organizações das Sociedade Civil que especifica, nos termos da Lei Federal Nº. 13.019/2014, e dá outras providências.

Preambularmente, quanto à competência municipal para dispor da matéria, cumpre frisar que o conteúdo da proposição está inserido na competência legislativa do município (art. 30, I e III, a CF/88 e arts. 10, I e VII, da LOM).

Em segundo lugar, no que cerne à iniciativa, insta observar que cabe ao Prefeito Municipal a iniciativa de projetos de leis *ex vi* do art. 43 da Lei Orgânica do Município – LOM.

Assim, não se enxergam empecilhos à tramitação da proposta no que toca ao requisito da iniciativa.



CÂMARA MUNICIPAL DE NATÉRCIA



Em terceiro, quanto ao veículo legislativo utilizado, verifica-se que a medida veiculada na proposta legislativa não se inclui no rol das matérias capituladas no parágrafo único do art. 44 da LOM.

Em quarto, quanto à técnica legislativa, insta observar que a proposição atende aos requisitos da Lei Complementar nº 95/98.

Quanto ao mérito da questão, vale observar que a proposição pretende autorizar a realização de parcerias e repasses de recursos financeiros às entidades que especifica.

Veja-se que não há impedimento legal à transferência de recursos públicos para entidades privadas desde que atendidos requisitos legais específicos. Note-se, por exemplo, que o art. 26 da Lei Complementar nº 101/00 impõe a necessidade de lei específica autorizativa do repasse, bem como que este esteja previsto na lei orçamentária e na lei de diretrizes orçamentárias o que também deverá ser aferido.

Verifico que o projeto em comento não veio acompanhado de documentos que permitam concluir acerca da viabilidade ou não das parcerias ou ainda do enquadramento das entidades como organização da sociedade civil (art. 2º, I, da Lei nº 13.019/2014), de forma que recomenda-se a análise deste ponto por parte das comissões permanentes competentes, colocando-se essa Assessoria Jurídica à disposição para eventual auxílio.

Não obstante, outro ponto que chama a atenção no projeto se refere à dispensa de chamamento público para celebração de tais parcerias. O projeto de lei que acudiu junto a esta Câmara Municipal de Natércia também não veio acompanhado de documentação que caracterize a dispensa de chamamento público.

E, seja-se, mesmo que houvesse esse enquadramento aos casos de dispensa de chamamento público, a deflagração, processamento e conclusão acerca desse procedimento de dispensa deveriam integrar autos de processo administrativo específico com tramitação junto ao Poder Executivo Municipal.



CÂMARA MUNICIPAL DE NATÉRCIA



Portanto, não cabe ao Poder Legislativo Municipal chancelar a forma de seleção da entidade, especificamente a dispensa de um chamamento público, pois se trata de matéria afeta à competência administrativa do Poder Executivo Municipal.

Caso o Poder Legislativo assuma essa função, haveria subversão direta ao Princípio Constitucional da Harmonia e Separação dos Poderes (art. 2º, da CF/88), o que há de ser sopesado na análise do presente projeto de lei.

Não obstante, a medida implica também incremento de despesa e como tal deve se cercar das medidas impostas pelos arts. 15 e 16 da LRF que não foram demonstradas no projeto, quais sejam:

I - estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes;

II - declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias.

Ademais, caberá ao plenário avaliar sob os prismas da conveniência e oportunidade a adoção da presente medida que permitirá investimentos e despesas nas atividades desenvolvidas pelas pessoas jurídicas discriminadas no artigo 1º da proposta.

No que toca ao quórum para aprovação, o mesmo deverá corresponder ao da maioria simples, na forma do que dispõe *contrario sensu o caput* do art. 44 da LOM.

Com relação ao processo de votação, o Regimento Interno da Câmara Municipal – RICM determina a forma simbólica já que a matéria não desafia outra forma especial para a deliberação (arts. 161, I e 162).

Feitas as considerações de natureza jurídica que nos incumbia fazer e atendidas as recomendações constantes do presente parecer, não se enxergam



CÂMARA MUNICIPAL DE NATÉRCIA



empecilhos de ordem constitucional ou legal à regular tramitação da proposição junto a esta Câmara Municipal.

É o parecer, s.m.j..

Natércia, 16 de dezembro de 2025.


WILSON ROBERTO DA SILVA
OAB/MG nº 171850
Assessor Jurídico Legislativo